

O governo não vai tolerar uma campanha nacional do MDB, para mobilizar a opinião pública em torno da tese da convocação de uma Assembleia Constituinte. Isso foi dito, ontem, aos principais líderes da oposição, pelo presidente da Arena, Francellino Pereira, e pelo presidente do Senado, Petrônio Portella. Petrônio acha que a decisão do MDB - que teria desagradado especialmente a setores militares - tornou difícil prever o futuro do diálogo que ele comanda, em busca de saídas democráticas para a revolução. A esperança de Petrônio - que vai encontrar-se com a Igreja e entidades de classe - é que o MDB seja pressionado a aderir ao diálogo, por outras forças sociais. No MDB, a campanha pró-Constituinte ganha força, apesar de tudo. Ontem, na Câmara e no Senado, houve novos debates em torno da Constituinte. Na Câmara, vários emedebistas contestaram especialmente os termos da resposta de José Bonifácio à deflagração da campanha nacional pró-Constituinte, dada na véspera. No Senado, o debate foi provocado por Otto Lehmann, senador da Arena, apartado seguidamente pelo líder arenista Eurico Rezende, e também por Dinarte Mariz (que depois fez seu próprio discurso). O discurso de Dinarte, além de ser o mais violento, deixou algumas dúvidas no ar. Ele advertiu o MDB para "moderar o passo", sob pena de ser "atropelado pelo ricochete" da campanha pró-Constituinte, que ele considera "pura subversão". Outro tema em debate, ontem: a tese lançada por Daniel Krieger, de se voltar à Constituição de 1967, para chegar mais rápido ao Estado de Direito.

Petrônio Portella (acima), presidente do Senado, adverte o MDB para não levar a sua campanha pró-Constituinte às ruas. Eurico Rezende (ao lado) fez acusações ao MDB.

REVOLUÇÃO X CONSTITUINTE

Arena adverte o MDB para que não leve tese da Constituinte às ruas

Para a Arena, tese de Krieger é a melhor saída. MDB põe um pé atrás

Para o líder do Governo na Câmara, Deputado José Bonifácio, a proposta do Senador Daniel Krieger, formulada em aparte aos debates parlamentares que se travaram no Senado, durante o lançamento da campanha do MDB em prol da Constituinte, de se utilizar a Constituição de 67 como base para a "simples recondução do país ao estado de direito", "é o caminho sem derivas para a conquista desse desideratum".

Já na Oposição, enquanto o presidente do Instituto Pedrosa Horta, Deputado Alceu Collares, afirmava ter medo que "a emenda saia pior do que o soneto", o vice-líder João Gilberto entendia que "a proposta do parlamentar gaúcho não ésgotava a campanha pela Constituinte mas disse — pode — ser um passo de abertura".

Para justificar o seu receio, Alceu Collares observou que "no país há uma desorganização institucional, implantada a partir do Ato Institucional nº 1, ou seja — explicou — todo movimento revolucionário é em essência uma crise institucional. Portanto — continuou — se quiserem o sistema jurídico — democrático — representativo só há uma maneira de conciliar interesses, aspirações e conflitos, é a Assembleia Nacional Constituinte".

No entender do vice-líder oposicionista Odacir Klein, a sugestão de Daniel Krieger conflita com a tese aprovada na Convenção Nacional do MDB, de luta permanente pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. A seu ver, pretender — se, por antecipação, adotar o teor de uma constituição, representa deixar de lado a busca de uma representação de todos os setores nacionais, "para que surja a verdadeira Constituição desejada pelos brasileiros".

De que adiantaria voltarmos, simplesmente, à Constituição de 1967, que não eliminou a excepcionalidade de fato e foi revogada através da Emenda nº 1, outorgada por uma Junta Militar? indagou Odacir e acrescentou:

A tese do MDB, hoje, é a da Constituinte. A aceitação de outras fórmulas que visem impedir a divulgação da mesma, imposta para contrariar o que foi decidido unanimemente em Convenção Nacional é, em consequência, colocar — se numa posição incômoda dentro do próprio partido.

O vice-líder oposicionista na Câmara dos Deputados salientou que somente uma nova Convenção poderia determinar uma mudança de posição em favor de simples votação de uma Carta constitucional, "por um Congresso — frisou — onde a bancada majoritária é submissa ao Executivo e somente aprovaria o que fosse de interesse deste".

Já o Deputado Marcondes Gadelha, também vice-líder do MDB na Câmara, acha que, "embora carregada de bons propósitos e com o aval insuspeito de um liberal da envergadura do Senador Krieger", a medida proposta não vai ao fundo da questão que, para Gadelha, "é a elaboração de um novo pacto social".

"Isto porque" — continuou Gadelha — "é difícil reatar os liames deste pacto tantas vezes rompido nas sucessivas mudanças unilaterais da Carta de 1967. Além do mais — observou — grandes mudanças ocorreram na sociedade brasileira neste interregno de excepcionalidade".

Como exemplo dessa sua afirmativa, o vice-líder do MDB apontou "estarmos diante da maior concentração de rendas já verificada na história do Brasil, marginalizando milhões em favor da minoria que se servem de diretrizes econômicas". Isto para ele representa "a separação e a segregação de irmãos dos mesmos direitos".

Segundo Gadelha, "há um visível distanciamento entre o Estado e a Nação" e, salientou, "por tudo isso, e mais outros problemas que seria cansativo arrolar, nós entendemos que todos os brasileiros devem ser chamados, através de representantes livremente escolhidos e com atribuições específicas, para estabelecer um novo modelo de civilização e de convivência social, com o que conciliaremos a família brasileira e enfrentaremos os desafios do futuro".

A Assembleia Nacional Constituinte é, portanto, o caminho natural e legítimo para desatar o impasse político — institucional em que nos encontramos.

Com base nesse raciocínio, Gadelha acha que, ainda que adotássemos a proposta do Senador Daniel Krieger, esta seria uma solução transitória e, a seu ver, "Constituinte ficaria sempre como um elo perdido no processo do nosso amadurecimento como Nação".

VALIDA

Para o integrante do chamado grupo autêntico do MDB, Deputado João Cunha (SP) a posição do Senador Daniel Krieger, proposta em aparte, é válida "na medida exata em que busca um avanço político — institucional no que parece ser um retrocesso em termos cronológicos".

—Aliás — completou — se pudéssemos caminhar para trás, talvez chegassemos numa democracia de 46. Entretanto isso é válido que fixemos nossas preocupações apenas no aspecto político — in-

stitucional porque o que aflige a Nação, fundamentalmente, é o aspecto sócio-econômico.

Segundo o parlamentar paulista, "nem a Constituição de 46 nem tão pouco a de 1967 trazem no seu arcabouço proposta que solucione os problemas que afligem a Nação no momento atual".

—Ambas — disse — embora com excelentes conotações liberais no campo político, não oferecem alternativas que integrem no contexto da sociedade os marginalizados de todas as categorias, do camponês à classe média.

João Cunha, no entanto, crê que, se fosse possível adotar — se esquemas no ordenamento político da Constituição de 67, mas com reformulação no modelo econômico, "o país, por um momento, encontraria o seu desajustado comum, esgotando a crise que se avoluma".

Esse trabalho, a seu ver, compete diretamente aos setores militares que, segundo disse, precisam compartilhar responsabilidades históricas com todas as lideranças da Nação. "O Brasil — assinalou — está na antevespera das grandes definições e não podemos, por isso mesmo, nos amarrarmos a esquemas preconceituosos do passado, e sim pregarmos a visão no caudal da juventude, que está à espera não de divisão fratricida, que somente aproveita aos apetites internacionais, mas sim à espera da união redentora que nos irmane em busca do desenvolvimento que represente participação para todos, da paz, que é o anseio comum, e da liberdade que é o valor intrínseco do ser humano".

O parlamentar oposicionista concluiu acentuando que "como contribuição à proposta do senador Daniel Krieger é valiosa na medida exata em que sua inquietude de homem público procura dilatar o espaço para o diálogo, numa perspectiva de concórdia".

BOM SENSO

Complementando o pensamento do líder José Bonifácio, com o qual concordam os deputados Paulino Cicero (Arena - MG) e João Linhares (Arena - SC), o deputado Jorge Arbage (Arena - PA) acrescentou que "ninguém pode dar conotação distorcida ao claro entendimento do ilustre Senador pelo Rio Grande do Sul, que preconiza dois fatores essenciais como forma de ser atingido o estágio das reformas, sem a necessidade da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte".

Sempre contando com a concordância do seu líder, Arbage explicou:

No primeiro caso, destaca — se o atual Congresso Nacional como competente para assumir a iniciativa das reformas constitucionais; no segundo caso, oferece como base de referência a Carta de 1967.

Empolgado com o apoio que o líder dava à sua tese, o deputado paraense continuou:

—Resalte — se que o fulcro do questionamento suscitado pela oposição, no tocante à necessidade das reformas constitucionais, consiste em derivar o país para o Estado de Direito. Até aí nos parece razoável de concordância. E para chegarmos a esse objetivo, dois são os pressupostos a analisar: a defesa do Estado e o direito do cidadão. Nada mais que isto.

Para Arbage, em nenhum desses casos justificava-se diluir a atual Constituição para instituir uma nova Carta. "Poder — se — á — afirmou — utilizar a Constituição de 67, para inserir no seu texto as regras jurídicas que compatibilizem a garantia do direito do indivíduo com a inalienável defesa do Estado".

Deixando de balançar a cabeça, em sinal de concordância com a exposição do seu liderado, José Bonifácio entrou na conversa, para ressaltar que "esse é, no nosso entender, o pensamento do Senador Daniel Krieger. E — completou o líder — não só dele, mas de todos os homens de bom senso deste país".

Voltando a falar, Arbage disse comungar com o seu líder no tocante à inexistência de regras jurídicas para a iniciativa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, "e — concluiu — fazemos coro com o Senador Daniel Krieger, certos de que o país pode promover as reformas constitucionais, tomando por base a Carta de 1967 que, a rigor, é o caminho sem derivas para a conquista desse desideratum".

Já o Senador Henrique de La Rocque (Arena - MA), depois de enfatizar que a Constituição de 1967 reflete em sua elaboração o pensamento do Poder Legislativo, e de reconhecer que "algo do seu contexto poderá estar defasado", observou que "o seu aproveitamento, como estrutura de uma nova Carta Magna, é na realidade do maior proveito".

Embora concordando, em tese, com o pensamento do seu colega de bancada, o vice-líder da Arena no Senado, Osires Teixeira, ressalta, no entanto, que "o caso não é termos por base esta ou aquela Constituição, senão como a dinâmica conjuntural reclama, ir ajudando a necessidade do momento presente".

O Presidente da Arena, Francellino Pereira, e o presidente do Senado, Petrônio Portella, já fizeram chegar à direção oposicionista que o governo não tolerará uma campanha nacional oposicionista para mobilizar a opinião pública em torno da tese de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O MDB foi advertido por esses líderes de que terá de seguir estritamente aquilo que se acha estabelecido na legislação em vigor, que proíbe comícios, concentrações e passeatas fora do período eleitoral.

O governo está informado das reações provocadas dentro do sistema pela decisão dos convencionais oposicionistas — tomada por unanimidade — em favor da concessão de uma anistia ampla e da convocação da Constituinte. As reações se localizam, sobretudo, no meio militar, que não compreende como o governo possa assistir de braços cruzados ao lançamento de uma campanha. Através dos órgãos de informação, o governo já vem tomando conhecimento dessas reações, aliás já previstas, conforme sucessivas advertências de Petrônio Portella para líderes do MDB.

TOM GRAVE

Dentro do Senado, antes de tomar a iniciativa de assumir a tribuna, na tarde de ontem, o Senador Dinarte Mariz mostrava — se preocupado com a situação política e com a decisão oposicionista de levar adiante a tese de convocação de uma Constituinte, na qual identifica simplesmente o objetivo de anular a Revolução de 64 e provocar acontecimentos imprevisíveis.

Muitos críticos estavam preocupados com "o brado de alerta" que Dinarte Mariz fez questão de formular da tribuna do Senado quanto aos riscos da escalada oposicionista em termos de Constituinte. Admite — se que o ex-Governador do Rio Grande do Norte fez — se porta-voz de ala respeitável do sistema, que "não está deglutindo

com facilidade a iniciativa oposicionista".

Habitualmente relacionado com expressivos setores militares, Dinarte Mariz terá feito uma advertência idêntica a outras do passado, inclusive a decretação do Ato Institucional nº 5, que previu — ou soube com antecedência — muita, antes do fechamento do caso do ex-Deputado Márcio Moraes Alves.

Nos contatos que manteve, nas últimas horas, o Senador Petrônio Portella manifestou — se decepcionado com a Convenção Nacional do MDB, sobretudo com a falta de controle da Executiva Nacional sobre o partido. Para o presidente do Senado, a cúpula oposicionista já não mais tem condições de controlar o partido, agora majoritariamente dominado pelos mais radicais.

Embora ainda disposto a fazer nova tentativa em busca de um acordo com o MDB, Petrônio Portella acha que novas dificuldades foram acrescentadas a uma panela de pressão consideravelmente condimentada. Esse caldo pode provocar ebulições de efeitos imprevisíveis no estômago político do país, o que o presidente do Senado examina com apreensão.

Uma esperança ainda domina o espírito do presidente do Senado — o de que seus contatos com figuras representativas das entidades de classe e da Igreja consigam angariar apoio de forças sociais capazes de exercer uma pressão irresistível sobre o MDB. Nesse caso, o apoio dessas forças sociais ao diálogo obrigaria o MDB a aceitá-lo, sob pena de se isolar nos quadros da sociedade civil.

Na próxima semana, o presidente do Senado pretende manter um encontro com o presidente da Ordem dos Advogados, deflagrando um processo de articulação que alcançará todas as classes, a começar pelos empresários e os trabalhadores, além da Igreja.

"Críticas são comunizantes"

"O Brasil foi o único país do mundo que se deu ao luxo de fazer uma Revolução e manter o Congresso aberto. Em repúblicas co-irmãs nós verificamos que a omissão democrática é total. Não há conduto de respiração libertária, não há uma concessão de estado de direito" — disse ontem o líder arenista Eurico Rezende ao apartar seu colega Otto Lehmann (Arena - SP).

Acrescentou Rezende que o Brasil tem um Congresso funcionando, "liberdade de imprensa, críticas feitas aos governos. Críticas de propósito comunizante, como se observa da parte dos radicais do MDB, críticas elevadas como se sente nas palavras do Senador Itamar Franco. De modo que, o quadro brasileiro, dentro da anormalidade vigente em muitos países do mundo, nos dá a absoluta certeza que nós estamos na transição de um período de excepcionalidade democrática para um período de aperfeiçoamento de nosso estado de direito" — assegurou Rezende.

Identificando até "delinquentes" entre os emedebistas o líder da maioria disse que o único objetivo da Constituinte é montar um Governo do MDB.

O DEBATE

Itamar Franco (MDB - MG) e Gilvan Rocha (MDB - SE) foram os oposicionistas que mais investiram contra os arenistas Eurico Rezende e Otto Lehmann.

Os frequentes apartes do líder da bancada arenista, sempre reprovando o MDB, estimularam Gilvan e Itamar ao debate em torno da análise iniciada por Otto sobre a convocação de uma Constituinte pela oposição.

Congratulando — se com seu colega o Senador Eurico Rezende disse que ele tinha razão quando definia o quadro de modernização, progresso, afirmação e confiança da realidade brasileira, apesar de todas as dificuldades.

Em uma época em que a oposição adota a fórmula da Constituinte, "procura negar as grandes conquistas revolucionárias", conforme Rezende, que vê maior dificuldade quando os emedebistas procuram embarçar as condições que devem ser implantadas para o aperfeiçoamento do estado de direito.

A oposição já teria recebido respostas 46 horas depois de lançada a tese, que no seu ponto de vista é esdrúxula e subversiva. "A tônica daquele documento, que é a marca vitoriosa dos radicais, vale dizer, capitulação da cúpula moderada, é o arbítrio que existe no Brasil, segundo aquele manifesto" — enfatizou o líder maioritário antes de citar o resultado de uma pesquisa feita pelo Ibope, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que foi favorável ao Presidente Geisel.

Depois de apresentar os dados a pesquisa indagava porque inventar fórmulas, quando o desejável seria desenvolver a experiência, que pode ser melhorada?

DITATORIAL, NÃO

Ele disse ainda que não aceita a acusação de que o sistema atual é ditatorial, explicando seu ponto de vista: "Ditatorial não é o regime que não perpetuou um só homem no poder; ditatorial não é o regime que assegura liberdade de imprensa; ditatorial não é o regime em que há oposição a quem se reconhece até o direito de dizer que o Governo não existe".

Menos veemente, instantes depois advertia sobre a hora de responsabilidade vivida pela classe política, pedindo compreensão e tolerância.

Mas a efervescência dos debates voltava com a denúncia feita pelo Senador Osires Teixeira

(Arena - GO) de que segunda-feira havia sido deflagrada uma subversão organizada, considerando um dos dias mais tristes da história política brasileira.

Osires Teixeira ressaltou na oportunidade que uma grande maioria do MDB ainda quer uma linha moderada, não participando de forma ostensiva da campanha pró-Constituinte. Citou o exemplo da ausência do líder da bancada oposicionista, ao plenário, Senador Franco Montoro.

Sua observação provocou esclarecimento do Senador Itamar Franco, que justificou a ausência de Montoro, enquanto seu colega Gilvan Rocha, que havia chegado alguns minutos antes, observava ser a Revolução de 64 diferente. "O conceito revolucionário é diferente dos outros. É o conceito da revolução permanente que só existe em certos países. É o conceito da revolução permanente que só existe em certos países. É preciso, que fique bem claro que o MDB está pregando e contra esse conceito. A transição que todos nós queremos. É a transição que virá, é tempo futuro, estamos lutando para que isso saia do futuro, para que a transição não seja pacote de abril", definiu o senador sergipano para ser contestado depois pelo líder arenista.

QUE PALADAR

A contestação do arenista, que voltou a abrir as baterias contra os emedebistas, concentrou-se na afirmativa de Gilvan de que o Congresso Nacional era um Congresso consentido. Indagou Rezende: "Que paladar tem o eminente Senador Gilvan Rocha, que desejou vir com tanto entusiasmo e com tanta sofreguidão para um Congresso consentido?"

Protestou contra o qualificativo que consderou infeliz, embora Gilvan tenha atribuído como distorção da suas palavras. Esclareceu seu ponto de vista afirmando que existe incongruência por parte da Revolução, depois da abertura democrática de 1974, quando realizou um plei livre. Portanto, o Congresso atual é consentido. "Tanto é que ninguém desta Casa é capaz de assegurar que o MDB, ou que alguns senadores do MDB, cumpriram o mandato — que não é del do povo — até o fim. Nenhuma empresa de seguro do mundo, nem a Lloyds segurará mandato de um senador da oposição, des República. É realmente um mandato consentido — concluiu.

COMERCIAIS, APENAS

Procurando, como explicou, dar um pouco de aspero ao debate, que estava ficando demasiado, o Senador Eurico Rezende disse que o MDB está resuscitando uma campanha publicitária favorável ao Vinho Reconstituinte, já que no interior se confunde o produto medicinal da campanha que a oposição está promovendo em todo o país.

Antes do orador Otto Lehmann concluir seu prolongado pronunciamento, o Senador Dinarte Mariz (Arena - RN) voltava a interrompê-lo para elogiar sua iniciativa de abordar o assunto Dinarte vê uma fase difícil no Brasil, ser necessária a advertência, para que se evite pior, que seria a agitação. "Para que agite, problema social que todos os governos. Revolução tem alho com o maior carimbo. Para que? Para que amanhã ou depois todos levantemos as mãos, pedindo perdão por males cometidos. O pior não será para nós, nosso partido, nem para o Governo; o pior será para a nação brasileira" — concluiu Mariz.